RE-TORNO SOBRE UM PERCURSO EM ENUNCIAÇÃO[1]

UMA ENTREVISTA COM ALAIN RABATEL

Realizada em abril de 2014 por
DÉBORA MASSMANN[2]

Alain Rabatel

Linguista francês, professor de Ciências da Linguagem na Universidade Claude-Bernard, Lyon 1 (École Supérieure du Professorat et de l'Education – ESPE de l'Académie de Lyon).

É membro da Escola Doutoral ED 348 3LA (Letras, Línguas, Linguísticas e Artes) da Universidade de Lyon 2, ENS-Lyon. E também membro permamente do Laboratório "Interação, Corpus, Aprendizagem e Representação" (**ICAR)**, UMR 5191, CNRS, Université Lumière-Lyon 2.

Especialista em Teoria da Enunciação, seus trabalhos tratam da análise enunciativa do Ponto de Vista (PDV) em contextos narrativos e da argumentação, sobretudo, no texto narrativo.

Débora Massmann[3] (**D.M.**) - Você poderia nos contar qual foi o seu percurso nas ciências da linguagem? Por que você escolheu trabalhar, principalmente, com a literatura a partir da linguística?

Alain Rabatel (**A.R.**) - Após ter cursado Letras Modernas na *École Normale Supérieure de Saint-Cloud*[4], fui durante, aproximadamente, vinte anos professor de francês no colégio, nos cursos pré- e pós-*baccalauréat*[5], na Lorraine. E como eu tinha vontade de mudar e de aprofundar meus conhecimentos no campo da linguística, retomei os estudos. Estive então em Thionville, a universidade mais próxima era a de Metz, e a equipe que havia era a que editava a revista *Pratiques*, ao lado de André Petitjean. Foi assim que, em 1990, retornei à universidade.

---

[1] Entrevista concedida em Lyon, em abril de 2014. Tradução para o português: Débora Massmann e Benedito Fernando Pereira.
[2] Profa. Dra. Débora Massmann, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás/MG).
[3] Agradeço a Profa. Dra. Véronique Dahlet (USP) por sua contribuição na elaboração desta entrevista.
[4] Esta escola (que ficava na periferia de Paris), em Saint-Cloud, para os rapazes, e em Fontenay-aux-Roses, para as moças, tornou-se uma escola mista, e foi transferida a Lyon no final do século XX. A reunião das escolas foi feita do mesmo modo pela outra *École Normale Supérieure*, criada por ocasião da revolução, aquela da rua d'Ulm (rapazes) e a de Sèvres (moças).
[5] N.T. Exame que marca o término do segundo ciclo de ensino e permite o acesso ao ensino superior.

Digo, especificamente à universidade, mas não necessariamente à pesquisa, uma vez que esta ligação nunca fora totalmente cortada. Eu lia com bastante frequência certo número de obras de linguística, de modo a satisfazer meu gosto pela compreensão dos mecanismos da linguagem que eu conhecia já há muito tempo e que foram reforçados na *École Normale*. Além disso, certa vez, eu havia feito um projeto de tese com Greimas, a quem (numa mistura de audácia e de inconsciência) eu havia enviado minha dissertação de mestrado sobre *O desprezo da vida e consolação contra a morte*, de Chassignet, um poeta barroco sobre o qual fiz, em 1976, uma análise à luz da semântica estrutural... Greimas encaminhou minha dissertação para leitura ao semioticista e poeta, especialista em barroco, James Sacré, depois, baseado em seu relatório de uma dezena de páginas, recebeu-me e me propôs seguir seu seminário da rua de Tournon (de fato essencialmente dirigido por Courtès, que, à época, apresentava os artigos daquilo que iria se tornar os dois volumes do *Dictionnaire de sémiotique*). Estávamos nos anos 1977, 1978, e haviam cogitado que eu fizesse uma tese sob a orientação de Greimas. Hesitei, contudo, diante do corpus que ele me sugeriu, os discursos acadêmicos/científicos ou políticos (de fato, creio que ele preferisse os primeiros, mas havia me indicado também os segundos, tendo entendido meu interesse no assunto...). Mas esse projeto foi muito rapidamente abandonado por vários motivos. A primeira das razões, sobretudo conjuntural, à longo prazo, foi a de que minha nomeação como professor de francês no Leste da França, na Lorraine, complicava as coisas; a segunda razão, também conjuntural, mas à médio prazo, era a pouca perspectiva de carreira na universidade numa época em que a França estava em crise há alguns anos – isso foi antes da eleição de F. Mitterrand que, alguns anos mais tarde, liberou alguns postos de professores-pesquisadores... Uma outra razão, mais profunda, e menos conjuntural, vinha do meu mal-estar diante das impressões negativas que suscitava a experiência daquele seminário, com a penosa impressão de que a semiótica nem sempre desenvolvia, tanto quanto seria desejável, os novos conhecimentos baseados em suas ferramentas, mas se esgotava em reformular termos semióticos de trabalhos vindos de outros lugares, como se fora da semiótica não houvesse salvação. Agora, se tem uma coisa que eu detestava (e ainda detesto), são as panelinhas[6], com seu corolário, a recusa de dialogar com outras áreas das ciências da linguagem. Isso foi uma grande decepção para mim (decepção que tive menos com Greimas do que com alguns dos membros da equipe em torno dele, uma vez que Greimas se mostrara para comigo de uma generosidade e de uma disponibilidade excepcionais), e que era também, sem dúvida nenhuma (hoje vejo melhor isso do que na época), tributário do próprio projeto de dicionário de semiótica, com a escolha epistemológica (que merece discussão) de apresentar todas as noções em termos semióticos, inclusive as que não tinham origem semiótica. Eu tinha tomado o rumo da semiótica por causa do seu programa teórico globalizante, porque achava as abordagens linguísticas tradicionais (pelo menos as que eu conhecia, a sintaxe generativa ou transformacional) muito setoriais, muito tecnicistas, que não se preocupavam com as questões do sentido e da interpretação, pelo fato de que elas se baseavam em exemplos fabricados ou atestados de forma descontextualizada. O paradigma semiótico, pelo contrário – seu corpo teórico, muitos de seus objetos de pesquisa, como seus corpora – parecia-me corresponder mais às minhas expectativas. Mas devo dizer que esta primeira experiência terminou numa sensação de fracasso, pois não encontrei na semiótica o que eu esperava. Essa sensação ainda não passou

[6] O que digo aqui poderia dizer para outros pesquisadores ou escolas que trabalham no sectarismo ou que são tão autistas que recusam dialogar com outras teorias. Do mesmo modo como entendo a necessidade de desenvolver com rigor suas hipóteses, de testar a fundo seus conceitos, também acho perigosa a tentação de querer explicar tudo a partir de uma noção ou de uma só perspectiva teórica.

inteiramente, exceto quando dialogo com outros semioticistas de postura mais abertas às trocas (estou pensando em Jean-Marie Klinkenberg). De resto, continuo convencido da pertinência do paradigma semiótico peirciano, da importância de inscrever a análise dos fatos da língua em uma abordagem mais ampla, notadamente a da semiótica, como já imaginava o próprio Saussure. Mas fica uma importante lição que tomei para mim herdada da semiótica, que é a de uma ancoragem social da semiótica – por meio de suas problemáticas, de seus objetos de pesquisa e de seus corpora –, que permitiram a ela dialogar mais "naturalmente" com disciplinas emergentes conexas (penso principalmente nas ciências da informação e da comunicação, mas não só). Se todos os linguistas na França tivessem tido o mesmo cuidado, sem dúvida a linguística estaria melhor hoje. Minha experiência de formador de professores, desde que estou na universidade no que foi os IUFM, e depois nas ESPE[7], só fizeram confirmar o fundamento dessa lição – porque, de fato, foi uma!

O leitor terá compreendido que eu me tornei linguista (e que, primeiramente, tomei o rumo da linguística) não para analisar tal ou tal aspecto ou noção da linguagem neles mesmos e para eles mesmos, mas visando encontrar ferramentas para analisar textos e discursos (literários ou não), e não simplesmente para analisar a língua a partir de enunciados fora da realidade, sem história. Era a época em que a análise do discurso francesa se desenvolvia (paralelamente às pesquisas na área literária, pensando em Barthes, Kristeva, Todorov, etc.). Tournier dava aulas na ENS Saint-Cloud, e os trabalhos de lexicometria sobre os discursos políticos contemporâneos ou da revolução francesa eram conhecidos, e um amigo meu, Gabriel Bergounioux, me falava de vez em quando dos trabalhos do Centro de Pesquisas Marxistas (Centre de Recherches Marxistes) que ele frequentava, o que eu poderia ter feito, já que eu também referia o marxismo, mas não fiz, por razões que ainda não estão claras para mim...

Quando eu voltei para a universidade, as bases teóricas (permanecendo bem ecléticas, no melhor sentido do termo, repousando numa abordagem modular dos fatos de linguagem) defendidas pela equipe de *Pratiques* correspondiam perfeitamente às minhas expectativas, às problemáticas do texto, dos gêneros e dos discursos. Eu descobri aí também as questões didáticas que não estavam no centro das minhas preocupações, mas das quais percebi a importância sobretudo quando a didática possui uma base disciplinar robusta (estou menos interessado pela didática geral ou transdisciplinar). Petitjean era um professor sem igual, tinha uma grande cultura linguística e havia me dado algumas aulas de linguística textual, na universidade de Metz, onde eu havia sido encarregado do curso paralelamente ao meu trabalho de professor e à redação da minha tese. Tudo isso motivou leituras pessoais em todas as direções na área das Ciências da Linguagem (CDL)[8], sendo curioso por natureza e, ao mesmo tempo, levado por minhas pesquisas e por lições bem diversificadas conforme os objetos de conhecimento e os públicos.

---

[7] Os IUFM (Instituts de Formation Universitaire des Maîtres) que formam os professores das escolas, os professores dos colégios e liceus foram substituídos recentemente pelas Écoles Supérieures du Professorat et de l'Education.

[8] Sem contar as leituras em muitos outros setores das ciências humanas, principalmente em filosofia, em sociologia, em estética, na área da crítica literária, então marcada por uma paixão teórica que rendeu trabalhos de primeira em relação aos quais o período é bem fraco (e isso já dura vários decênios). Dou o último retoque neste texto em 13 de maio de 2014, o mesmo dia em que o *Le Monde* consagra uma necrologia a Pierre Barbéris, que foi um dos professores mais prestigiados da ENS. Tão belas e grandes figuras, cuja alta competência não impede de serem engajadas, talvez até militantes, como diz F. Marmande, fazem falta hoje.

Dito isto, quando retomei os estudos de linguística (no nível do *Diplôme d'Études Approfondies* (DEA)), após ter conseguido um diploma de didática do francês com a ajuda de A. Petitjean, J. F. Halté, M. Lapara, R. Michel e J.-M. Privat), em seguida, quando fiz minha tese sob a orientação de A. Petitjean (com formações complementares de Petitjean, Halté, B. Combettes e M. Charolles, em Nancy), eu não tinha uma teoria de base. Lembro-me de que, quando comecei meus trabalhos sobre o ponto de vista[9] (por sugestão de A. Petitjean, que me havia dito que esse seria um objeto de fato difícil, porém útil, e que achava que era o tipo de tese que só se pode fazer quando se tem 38 anos[10]...), sofri muito, no começo, para encontrar o embasamento teórico que me permitirisse problematizar a noção. Foi pela minha fome de leituras teóricas e pelos serviços por elas prestados que pouco a pouco tomei consciência da necessidade de privilegiar o paradigma enunciativo. De fato, meu percurso é, em boa parte, o de um autodidata; eu não cursei nenhuma disciplina de linguística na universidade, aprendi de acordo com a necessidade que tive de encontrar trabalhos para poder analisar um corpus ou objetos novos. Essa formação é, sem dúvida, uma fraqueza, em certos aspectos (a especialização), e uma força em outros: porque ela proporciona uma visão mais ampla das subáreas da linguística e reforça a ideia da articulação necessária das abordagens, de criar pontes entre essas sub-áreas.

Enfim, para responder mais precisamente à última parte da sua pergunta, "por que ter escolhido trabalhar com corpus literários?", eu começaria dizendo que sempre me interessei pela problemática do texto, dos gêneros e dos discursos. Mas isso não me conduzia necessariamente aos textos/discursos/gêneros literários, como o leitor viu com o que devia ser o embrião de uma tese orientada por Greimas. Se, então, eu trabalhei com textos literários, e especificamente com narrativas literárias, foi por opção de objeto de pesquisa: as focalizações (de acordo com a terminologia de Genette) ou o Ponto De Vista (PDV), segundo a terminologia em uso fora da França, apoiava-se em fenômenos característicos das narrativas literárias. É preciso levar em conta que todo o meu trabalho, desde meus dois primeiros livros até *Homo narrans*, foi o de problematizar a noção, por meio de sua base enunciativa, de mostrar a diversidade das formas de PDV (pontos de vista representados, embrionários, assertivos) e também de mostrar que esta problemática estava longe de se limitar somente aos textos literários, uma vez que ela é encontrada em todos os gêneros: isso aparecia nitidamente em meu artigo *"Un, deux, trois points de vue?"* (RABATEL, 2000), e pode-se considerar que toda a sequência do meu trabalho (sobre os corpora midiáticos, filosóficos, religiosos, didáticos) é um jeito de mostrar que a problemática geral do PDV é transversal, que ela nutre todas as áreas das ciências da linguagem, como a descoberta dos *Ecrits de linguistique générale* o confirmou em muitos pontos. Tentei demonstrá-lo, paralelamente aos estudos de corpus, em textos de alcance epistemológico ou teórico (RABATEL 2005a, 2010a, 2012b, 2013g, no prelo b, c).

[9] Minha tese, defendida em 1996 com o título *Problematização semiolinguística da noção de ponto de vista* (*Problématisation sémio-linguistique de la notion de point de vue*). Foi Petitjean quem me sugeriu este título, o qual correspondia bem ao seu embasamento teórico pessoal e também à sua formação, sob orientação de J. Peytard, que, em Besançon, havia formado uma grande quantidade de grandes linguistas franceses. O leitor terá compreendido que este título correspondia também ao meu modo de ver: eu o adotei.

[10] Confesso que é o tipo de objeto ao qual não resisto mesmo (e à época, de nenhum modo!). Assim, já que se trata de retomar meu percurso, preciso deixar claro que sem ser muito restrito em minhas escolhas, estive mais inclinado a trabalhar com as problemáticas temporais. Petitjean aplacou minha ansiedade me mostrando a lista (de fato bem extensa) dos pesquisadores que trabalhavam com isso. E esta era menos a sua especialidade do que a narrativa. Mas essa última razão não teve então nenhum peso nas minhas escolhas; eu não seria, na época, capaz de explicar desse modo.

Consequentemente, não nego o fato de que estou muito interessado em corpora literários, reconheço seu grande interesse epistemológico, assim como reconheço, do mesmo modo, a grandeza de uma linguística descritiva, mas não quero ficar engessado nesses corpora nem nessas opções teóricas. Dos quase 200 textos que escrevi até hoje, há uma quantidade considerável de artigos que não dependem de corpus literários, nem da descrição de corpus (mas isso é muito mais raro). Por outro lado, é verdade que os artigos sobre corpus literário representam a maior parte do que já publiquei; é verdade também que sou considerado como um linguista do texto literário. Mas, se fosse preciso fazer uma história mais precisa dessas publicações, haveria também que se levar em conta o peso dos pedidos de amigos, e das encomendas institucionais: tudo isso aumentou a quantidade desse tipo de publicações, sem dúvida mais do que eu desejava. Não que eu me arrependa das minhas escolhas (mais ou menos forçadas) porque eu acho inaceitável o desprezo com que alguns linguistas tratam os textos literários, como se só as produções orais fossem dignas da atenção do linguista! Mas, enfim, é certo que, o tempo dedicado aos corpora literários é cada vez menor, em relação a outros objetos. Ademais, a minha bibliografia me defende: é muito raro ver, acredito eu, em um espaço de tempo bastante curto, uma tal diversidade de corpus, a partir de preocupações enunciativas constantes, mesmo se essas últimas evoluíram conforme as minhas pesquisas.

D.M. - Ultimamente, muitos de seus textos tratam da análise enunciativa dos textos literários, mas articulados com a argumentação. Qual é a inquietação hoje ou, pelo menos, o questionamento, em relação aos novos rumos que tomam os estudos sobre a argumentação (penso em particular na noção de responsabilidade)? Quanto à argumentação no texto literário, como descrevê-la? Ela é do mesmo tipo da dos textos não literários?

A.R. - Sim, trabalho com textos literários articulando enunciação e argumentação. Mas mesmo aí, conforme acabei de dizer, esse elo entre enunciação e argumentação não é próprio dos textos literários; desenvolvo isso em todos os meus trabalhos! O que se tornou a obra *Argumenter en racontant* (de início, um artigo muito extenso escrito em 2000, que deveria ser publicado num livro organizado por C. Oriol-Boyer, e que foi publicado sozinho em 2004, em razão dos atrasos do projeto inicial) fazia parte do meu dôssier de habilitação para orientar pesquisas (*Habilitation à Diriger des Recherches*), em 2001, que se apoiava na ligação entre o apagamento enunciativo e a argumentação indireta (Amossy falaria do aspecto argumentativo, em relação aos textos que têm um visada argumentativa explícita). O que me interessa na argumentação, enquanto persquisador, não é o que é estudado pela maioria dos especialistas da argumentação, a argumentação direta. É claro que não rejeito essa dimensão fundamental, mas enfim, como pesquisador, acho que é necessário explorar novas áreas, e é o que está na interseção dos fenômenos de apagamento enunciativo e argumentativo que me estimula. Gosto de refletir sobre as situações em que aqui se argumenta sem se tomar a forma explícita da argumentação silogística, ali se argumenta sem parecer argumentar, a partir, como diz Grize, de uma dinâmica inferencial bem eficaz posto que é o destinatário que tira, ele próprio, as conclusões, o que é razão suficiente para que ele não a coloque em dúvida (como ficamos tentados a fazer quando as pessoas argumentam racionalmente, seja porque se contestam seus argumentos, seja porque não se compartilha de suas premissas). Essa dimensão argumentativa indireta não é específica dos textos literários e não ocupa todo o seu espaço: muitas dessas últimas compreendem passagens explicitamente argumentativas, seja através dos diálogos entre os personagens, seja através das considerações de

responsabilidade direta do narrador. Mas enfim, há uma parte importante da argumentação não explícita, em particular através das sequências descritivas ou informativas. As formas do PDV representado e embrionário, principalmente, são lugares onde se podem analisar essas formas de argumentação indireta.

Esta problemática é também muito interessante para a análise dos textos midiáticos, que são parcialmente forçados a uma certa objetividade (da qual R. Koren mostrou claramente o caráter limitado ou artificial ou, ainda, fantasioso, se tomarmos ao pé da letra essa pretensão de objetividade), porque ela permite compreender que mesmo esses fragmentos de objetivação são passíveis de uma análise em termos de cálculos retóricos de um enunciador que tem interesse em dar informações de modo objetivante. A problemática pode ser transportada do mesmo modo para a análise dos textos religiosos. Existe toda uma corrente exegética que se interessou em meus trabalhos na Suíça, na Bélgica, na França, principalmente (penso particularmente na tese de Y. Bourquin sobre Marcos, e também no livro de 2007 publicado pela Cerf, *Regards croisé sur le texte biblique*, sem contar as numerosas referências que são citadas no artigo sobre Judas (RABATEL, 2009b) porque a questão do enunciador oculto, mas presente através das escolhas da referência, permite renovar as análises sobre o discurso do divino, não se limitando aos casos em que ele fala diretamente (o que é muito raro) ou indiretamente (o que é menos raro) através dos profetas e de outros mediadores. Pessoalmente, não sou religioso, mas estou muito interessado pela análise desses textos de intenção instituinte, como diz Maingueneau. E acredito que a minha concepção enunciativa aumenta as marcas e os traços do ponto de vista do divino. Concordo que isso pode servir para reforçar discursos que tirem daí a prova da existência de Deus. Poder-se-ia objetar que não é lá muito glorioso para um ateu dar armas aos que creem! Mas as coisas são mais complexas do que isso: os processos que me permito analisar podem ser interpretados de outro modo. De minha parte, e fico só nisso, interpreto esses traços do divino não como marca e prova do divino, mas como traços linguísticos que permitem inferir a existência de uma aspiração humana a se superar, em termos de uma abordagem empática que faz com que as pessoas (os locutores/enunciadores) se coloquem no lugar de Deus, isto é, vejam as coisas de um ponto de vista mais elevado, de um ponto de vista totalizante, de um ponto de vista ético e ascético. Então, para mim, esses traços de um PDV divino são menos a marca de Deus do que as manifestações linguísticas da *construção humana de um PDV divino*, de um movimento pelo qual os seres humanos procuram se superar instituindo a transcendência na contingência, colocando-se regras morais que levam mais além do que as aquelas que são resultado da necessidade e da realidade do acontecimento[11]. Na qualidade de não religioso, esta representação me convém por ser congruente com a ideia de que foram os homens que criaram os deuses, e também porque condiz com meu materialismo, o qual dá grande importância ao pensamento e à cultura, mesmo se eles são determinados pelas circunstâncias. De resto, esta concepção do PDV divino como co-construção me permite dialogar como linguista com os pesquisadores, inclusive com os religiosos, uma vez que eles não negligenciariam esta dimensão projetiva (construída no e pelo próprio texto) na qual me limito, mas que eles ultrapassam.

Há um segundo nível teórico que me levou a articular fortemente enunciação e argumentação, nos textos literários: é o fato da polifonia e do dialogismo, esse

[11] Permito-me remetê-los ao fim do meu artigo de 2007, retomado em uma forma reduzida em *Homo narran*s (tomo 1), quando evoco as duas representações da relação de Deus com os homens ou dos homens com Deus ou com os deuses, a propósito das duas versões da ascensão de Davi à realeza.

embaralhamento enunciativo que mistura (talvez até mescla) voz e pontos de vista. Ora, pode-se dar conta desses embaralhamentos simplificando as instâncias, limitando-se a um ponto de vista puramente descritivo dos fenômenos, deixando de lado questões de interpretação. Esta tendência é bem aquela de Ducrot, na sua concepção de argumentação na língua. Mas também é Ducrot (este é um outro aspecto de seus trabalhos, minoritário e mais antigo[12]) que conjuga descrição e interpretação, baseado na disjunção entre locutor e enunciador. Basta reler sua análise do ponto de vista, não somente através das explicações sempre citadas de Ducrot 1984 (páginas 204 e 205 principalmente), e que se reporte às análises de Ducrot (1980, p.20), por meio do exemplo do início de *Une vie* de Maupassant, "Jeanne, tendo arrumado suas malas, acercou-se da janela, mas a chuva não cessava". Veremos que a sua análise realça a existência do ponto de vista de Jeanne, de sua forte vontade de partir e, concomitantemente, da sua grande decepção, mesmo que Jeanne não exprima nenhum julgamento ou opinião explícita relativos a seus desejos contrariados. Toda a análise tem como base a referência das ações e das percepções, e o fato de que é preciso diferenciar o locutor (nesse caso, o narrador anônimo, o qual não se supõe experimentar os sentimentos atribuídos a Jeanne) e o segundo enunciador (Jeanne). Há certamente (quaisquer que sejam os retornos ulteriores de Ducrot sobre a questão) uma fonte do PDV, o enunciador, fonte que é construída pelo texto, e isso sem projeção subjetiva do intérprete, no qual o trabalho de inferência age unicamente com base nas instruções textuais: é o caso com a escolha do "mas", do imperfeito, a semântica do verbo "cessar", sua forma negativa. É o caso também da escolha de referência da primeira parte da frase, porque se ela terminou de fazer as malas e se dirige à janela, é para verificar se é possível pode sair. Não se sabe ainda se Jeanne *deve* ou *quer* partir (essas dimensões modais nos serão precisadas na segunda proposição, coordenada pelo "mas"), porém, já sabemos, desde a primeira proposição, que Jeanne é o sujeito da ação, dotado de uma intencionalidade certa, e isso basta para fazer dela mais do que um sujeto da ação: um centro de perspectiva a partir do qual o locutor escolhe narrar se colocando em seu lugar.

Nessas condições, o linguista é levado a se fazer alguns questionamentos: quem assume os pensamentos, as emoções de Jeanne, que são como que quase atos de linguagem expressivos (indiretos) que acompanham a denotação das ações e percepções? A própria Jeanne? Essa é a minha intuição, mesmo se ela vai contra a tese geral segundo a qual a apropriação pelo dizer (PEC) é unicamente do locutor e, especificamente, do primeiro locutor. Ora, Jeanne não é locutor (nem primeiro nem segundo, porque ela nada diz, como Ducrot observa), ela só é enunciador (segundo), ao lado do primeiro locutor/enunciador. Como, nessas condições, desatar esse nó? Proponho considerar que, paralelamente aos fenômenos de apropriação pelo dizer efetiva, que concernem ao primeiro locutor por seus próprios PDV e que, logo, dizem respeito, na verdade, ao primeiro locutor mesclado com o primeiro enunciador[13], é preciso ter em vista um tipo de apropriação fictícia (mas real, em seus limites) quando o primeiro locutor por afinidade se coloca no lugar de um outro enunciador não locutor, como Jeanne: ele atribui a ele (ou imputa) uma espécie de quase apropriação pelo dizer. A análise da apropriação linguística, contudo, não pode parar aí.

[12] De fato, parece-me que a teoria argumentativa da polifonia desenvolvida, nesses últimos anos, por Carel e Ducrot, na sequência daquela dos blocos semânticos, retoma problemáticas interpretativas que consideram que os enunciados são argumentações baseadas em justificativas que podem ser, segundo os co(n)textos, doxológicos (argumentação com *donc (portanto)*) e não doxológicos (argumentação com *pourtant (porém)*, contrariamente a uma opinião geralmente admitida, doxológica). Esse é um ponto que mereceria uma discussão mais ampla.

[13] O fenômeno do sincretismo é idêntico nos casos de discurso relatado: neste caso, é l2/e2 que se encarrega dos PDV nos discursos dos quais ele é a fonte.

Porque se Jeanne é a fonte da quase apropriação pelo dizer de seu PDV, qual é a atitude do primeiro locutor/enunciador, o narrador anônimo? Ele compartilha a decepção de Jeanne ou não? Não estamos mais na apropriação pelo dizer explícita, não podemos dizer se o narrador compartilha explicitamente o PDV de Jeanne (se ele marca sua concordância), se ele exprime um desacordo. A resposta tradicional do linguista consiste em falar de neutralidade ou de não tomada de apropriação pelo dizer. Mas se considerarmos como subalterna (aqui) a distinção possível entre neutralidade e não apropriação pelo dizer, também é preciso deixar claro que existe um abismo entre o fato de narrar um PDV sem se posicionar objetivamente e o fato possível que, por trás da ausência explícita de posicionamento, realizam-se estratégias implícitas de dizer sem dizer, por consonância ou dissonância, de acordo com a terminologia de D. Cohn. Aí, as respostas não podem se limitar à análise de um só enunciado descontextualizado, é preciso considerar trechos maiores de texto, talvez textos inteiros, fazer intervir, além dos parâmetros textuais, parâmetros genéricos, talvez parâmetros estilísticos, idioletais, relativos às práticas linguageiras de tal locutor em tais circunstâncias (ver Rabatel 2009, 2012a, b, 2013b, f). Eis o que me interessa. Essas questões colocadas pelos textos literários não são, porém, especificidade deles, são as mesmas questões, e *mutatis mutandis*, a mesma problemática[14] em discursos políticos, científicos, midiáticos, e não simplesmente quando se fazem discursos narrativos (Rabatel 2010e, 2011g)... Em resumo, não podemos nos limitar à abordagem apropriação versus não apropriação, é preciso em primeiro lugar distinguir entre os PDV diretamente assumidos e os que são atribuídos a outros, e depois tentar compreender como L1/E1 se posiciona em relação aos PDV dos outros, com fenômenos de concordância ou de discordância marcados explicitamente (conforme certa graduação) talvez com o fenômeno de neutralidade (marcação por falha), que dá abertura a problemáticas complementares de neutralidade efetiva ou de dissonância vs consonância implícitas.

Isso não é tudo. É preciso trazer também a questão da responsabilidade (enunciativa), já que refuto a tese de que a responsabilidade seria uma duplicação da apropriação pelo dizer, como disse Nølke, por exemplo. Coloquei estas questões principalmente a propósito dos discursos políticos e midiáticos. Quando citamos temas discutíveis, não somos necessariamente responsáveis por eles no sentido de que não os assumimos necessariamente. Mas, apesar de tudo, somos responsáveis por citá-los de tal forma, em tal ordem, responsáveis também por interrompê-los em um dado momento, responsáveis por citá-los em lugar de outros, etc. Estas questões são o ponto de articulação do linguístico e do político (Rabatel 2006, Rabatel e Chauvin-Vileno 2006, Rabatel e Koren 2008), e remetem a uma concepção bem particular da análise de discurso, e também da linguística. Se integramos na linguística a problemática da interpretação, então não podemos colocar este tipo de questões. Existe uma ligação entre apropriação pelo dizer e responsabilidade, mas sem recobrimento das noções: é possível a apropriação pelo dizer de proposições irresponsáveis, de ser julgado "responsável" (no sentido habitual em que fazemos de "responsável", um sinônimo daquele que se apropria, que assume, o que não é o meu caso) por proposições que não foram assumidas, de não ser responsabilizado por proposições que foram, porém, assumidas etc. A apropriação pelo dizer e a

[14] É evidente que as questões sociais que resultam dos questionamentos interpretativos e hermenêuticos são mais imediatamente perceptíveis nos textos não literários. O que eu quero dizer, apesar de tudo, ao dizer que são "os mesmos", é que seus mecanismos são idênticos; que a leitura e a interpretação dos textos literários (se elas são bem praticadas) engajam (ou deveriam engajar) tanto estudantes em contexto escolar (caracterizado por suas situações imaginárias, em *como se*) como os indivíduos na esfera social.

responsabilidade só se recobrem idealmente em contextos monológicos e monogerados, com um locutor e um ponto de vista. Mas, desde que existem vários locutores, vários pontos de vista, a responsabilidade pelo dizer diz respeito apenas aos PDV de L1/E1 ou aos PDV dos l2/e2 ou e2 com os quais L1/E1 concorda. L1/E1 não poderia ser responsabilizado por todos os outros PDV que ele evoca em seu discurso. Mas ele sempre pode ser interrogado sobre suas escolhas, a gestão de seu discurso. Esses últimos pontos dependem mais da responsabilidade enunciativa em sentido amplo, alcançando questões de organização textual ou discursiva mais complexas que a PEC *stricto sensu*, que concernem aos enunciados. A responsabilidade é maior do que o ato de assumir, porque a instância de responsabilidade é questionada a partir de um campo de relações mais complexo. Um pouco como um adulto diante de uma criança. Se esta última é o autora de grosserias, de mentiras, é ela que as assume e não o adulto. Mas é o adulto que compartilha com a criança uma parte de responsabilidade, a qual é de um tipo diferente daquela da criança. Esta comparação entre um adulto e uma criança pode parecer pouco pertinente para explicar as relações entre locutores, tanto em um face a face, quanto em textos monogerados nos quais um locutor primário administra os diferentes modos de representação das falas e dos PDV dos outros locutores/enunciadores internos. Mas a comparação faz sentido, porque a diferença de *status* entre um adulto e uma criança lembra a diferença funcional fundamental entre um locutor que cita e locutores citados, que só aparecem na cena do texto quando são convocados e que só têm a autonomia que lhes é permitida – e isto, mesmo se tensões de todo tipo podem fazer surgir efeitos não dominados desta polifonia e deste dialogismo.

Resumo tudo reformulando a sua pergunta: a argumentação é da mesma ordem tanto num texto literário como num texto não literário? Sim, em parte, quando os textos literários compreendem fragmentos explicitamente argumentativos. Quanto às formas de argumentação indireta que são frequentes nos textos literários, elas não são específicas a eles e podem ser encontradas em outros lugares. Mas se os mecanismos são os mesmos, as circunstâncias interpretativas são variáveis, porque as noções de PEC e, sobretudo, de responsabilidade não fazem sentido da mesma maneira conforme se esteja diante de uma ficção, de um discurso midiático, acadêmico, político, religioso, pela simples razão de que as expectativas dos destinatários, como as que regem o comportamento de linguagem dos locutores não são as mesmas. Partindo disto, as formas indiretas de argumentação são todas tão legítimas a analisar quanto às formas diretas, explícitas. E é o mérito dos textos literários o de concentrar/estabelecer todo um conjunto de problemáticas que não são certamente específicas deles, mas que eles realçam com força: a confusão das vozes, dos PDV, a mistura do implícito e do explícito, a mescla das dimensões racional, emocional e passional, a ligação entre enunciado, texto e discursos, a questão do valor, da responsabilidade, a mescla do fictício com o factual, a importância da ligação entre significado e significante, tudo isso, mais ou menos fortemente intricado segundo os gêneros literários, proporciona situações que são verdadeiros desafios à análise, e que colocam questões epistemológicas de primeira ordem – este seria um ponto muito interessante de ser trabalhado, mas temo cansar o leitor, de modo que me limitarei a dar um exemplo (e há muitos outros!): assim, o fenômeno da repetição não tem os mesmos recursos, as mesmas dimensões quando analisado no limite da frase (ou de duas frases contíguas) e quando é estudado dentro dos textos, inclusive nas porções de texto muito distantes umas das outras. Esta aproximação convida a complicar as análises sintáticas da repetição, problematiza os limites da memória discursiva, convida a pensar em conjunto

sobre o que repete e o que varia sem sair do controle da repetição, etc. (Magri e Rabatel 2014, Rabatel 2015 a ser relançado g, Rabatel e Magri 2015).

D.R. - A análise dos pontos de vista constitui um ponto forte de suas pesquisas. Você poderia nos apresentar a noção do ponto de vista mostrando particularmente o que ele coloca em jogo?

A.R. - Resumo aqui os primeiros capítulos do *Homo narrans*. Comecei tratando do PDV em sentido restrito, limitado às percepções, e quis mostrar que essas percepções, frequentes nos fragmentos descritivos dos relatos, eram portadores de um PDV, isto é, que eles não se contentam em denotar um objeto do discurso (de um modo objetivo), que eles são de dupla face, pois denotam o objeto do discurso e remetem também, através da denotação, a um certo PDV do enunciador sobre o objeto do discurso. Veja o exemplo de Maupassant citado mais acima: para denotar a chuva, o locutor não diz que "chovia", que "chovia ainda", ele usa a expressão "não parava de", que coloca a existência da chuva e pressupõe que ela já durava um certo tempo, contrariando o que Jeanne esperava. Pelo fato de o referimento vir junto com a negação, podemos concluir que Jeanne tinha consciência do fenômeno antes mesmo de este ser mencionado, que ela desejava ver a chuva parar já há algum tempo. É aí que existe um efeito do PDV que com frequência caracterizo como as estátuas latinas, *de duas caras*, que comumente mostram um rosto afável de frente, e uma fisionomia desagradável se giramos a cabeça 180 graus. A seu modo, o PDV tem duas caras: de um lado, o enunciado denota a chuva que continua a cair, objetivamente, e denota também o desgosto por essa chuva, subjetivamente (e ele faz mais, na falta de marcas de distanciamento do locutor/enunciador primário, ele denota a realidade desta reação subjetiva...). Esse processo está em jogo no que eu chamei de o PDV representado, porque desenvolve, representa os esforços do sujeito que percebe para detalhar as características da percepção, mais frequentemente nas formas de segundo plano (é o caso na proposição coordenada por "mas"). Progressivamente, estendi a noção: inicialmente às percepções no primeiro plano (PDV embrionário), o que me permitiu extrair formas pré-reflexivas que, no plano cognitivo, precedem as formas mais reflexivas detalhando os aspectos ou características das percepções (ver a primeira parte do tomo 2 do *Homo narrans*), em seguida, a formas mais variadas, no plano semântico, que dizem respeito a todos os enunciados que imbricam na denotação do objeto e das reações do enunciador, não somente nas percepções. É o que chamei de PDV assertivo. Em resumo, a extensão da problemática foi feita em várias direções: primeiramente, segundo a natureza semântica dos objetos referidos, e depois segundo a porção textual nas quais o PDV aparecia, em formas de primeiro ou de segundo plano, enfim conforme os PDVs aparecem em proposições diretamente assumidas pelo locutor/enunciador primário ou em proposições relatadas (que prefiro nomear, por várias razões resumidas na introdução ao tomo 2 do *Homo narrans*, como discursos representados).

Em suma, comecei analisando PDVs que não tinham a forma tradicional do PDV (no sentido tradicional, formula-se um ponto de vista quando se dá uma opinião). E isso permite dar conta de formas muito diversas de PDV, seja de PDVs que se apresentem como tais, como opiniões, seja de PDVs que não se apresentem como tais, que não exprimem uma opinião explícita, mas que de qualquer modo exprimem uma, implicitamente, por conta das escolhas (explícitas) de referência. Mas como já disse, nesse *continuum* que vai da expressão direta e explícita de uma opinião a uma expressão indireta e implícita de uma opinião de um terceiro não locutor, o que me estimula mais,

são essas formas de opinião ou de PDV escondidos, mascarados, mas bem reais. Mais uma vez, inclusive os enunciados objetivos são passíveis de uma análise em termos de PDV[15], no sentido de que o locutor está interessado (por várias razões) em apresentar seu PDV dando a ele um tom objetivo, genérico, etc. É o caso para os discursos acadêmicos, que com frequência adotam por necessidade uma postura de sujeito racional universal... Mas por que deveríamos cair ingenuamente nisso que Latour chama acertadamente de uma "retórica da não retórica"[16] (RABATEL 2010c, 2013e)? Acho que o que expus até aqui já é suficiente.

O que é exato, é que o PDV tal como o concebo me parece uma ferramenta teórica de primeira para pensar a alteridade (RABATEL 2005b, 2014b, no prelo b). Tocamos aí no coração do dialogismo. Porém, inscrevendo-me na continuidade dos autores que, na sequência de Bakhtin, analisaram o dialogismo e a heterogeneidade enunciativa (Authier-Revuz, Bres, Moirand etc.), devo destacar, ao lado desta heterogeneidade enunciativa que concerne a outros além de si (enfim, os outros, no sentido comum do termo), uma forma de heterogeneidade complementar que diz respeito aos outros de mim, aos outros eu-mesmo, uma relação opaca de si para si, que é de natureza cognitiva, a qual também pode corresponder a dimensões psicológicas ou psicanalíticas e que passa pela linguagem. Esta dimensão cognitiva, da qual tem-se o traço no *continuum* das formas pré-reflexivas às formas reflexivas (– e reciprocamente (RABATEL 2008a, p. 417-420, 440-449, 464-469), também tem um grande papel na teorização que propus das posturas enunciativas de co-enunciação, de sobre-enunciação ou de sub-enunciação, para dar conta, no plano enunciativo, dos posicionamentos e das posições que adotamos face aos objetos do discurso e face aos discursos anteriores ou aos discursos dos *interlocutores* (remeto aqui a um artigo que gosto muito, publicado em 2012 nos *Travaux neuchâtelois de linguistique*, 56). Assim, no cruzamento dos paradigmas enunciativos, cognitivos, interacionais, a problemática geral do PDV (de fato, de co-construção dos PDVs, ver RABATEL 2004b, 2005c etc.) permite dar conta da complexidade da nossa relação não só com os outros, mas também da alteridade em nós, na e pela linguagem, e em razão da lógica da empatia que nos leva a nos colocarmos (mais ou menos, com mais ou menos de boa e/ou má fé, consciente ou inconsciente) no lugar dos outros ou a mudar de perspectiva para encarar tal objeto ou tal situação. E não é indiferente lembrar aqui (eu já havia escrito isso num artigo de 2007 sobre as posturas enunciativas em didática) que esses refinamentos teóricos enunciativos vieram não da análise de textos literários, mas, primeiramente, de contextos plurisemióticos dos textos e dos desenhos (RABATEL 2004c, f) e, em seguida da análise de interações orais (RABATEL 2008e), essas interações em contexto didático acerca da co-construção conflituosa dos objetos do

[15] Ou seja, consideramos como se ter um PDV fosse equivalente a ser subjetivo. É errado considerar que o que é formulado objetivamente não depende de um PDV. Não se pode confundir a subjetividade no plano formal (os traços dos subjectivemas [N.T. O termo subjetivemas, em francês, "*subjectivème*", foi proposto por C. Kerbrat-Orecchioni para designar os substantivos, adjetivos, verbos e advérbios que permitem ao enunciador expressar seu ponto de vista]) com a subjetividade no sentido de origem, de fonte: todo enunciado, subjetivo ou objetivo, tem uma fonte (enunciativa) que se pode analisar em termos de subjetividade se se relacionam a escolha do plano de enunciação e da forma de expressão (objetivante ou subjetivante) a cálculos retórico-argumentativos dos locutores/enunciadores.

[16] Esta consideração explica uma das minhas divergências para com o modelo genettiano das focalizações: não só a focalização externa não existe, na medida em que há sempre uma fonte enunciativa que descreve eventualmente um focalizado do exterior, mas há também um PDV do narrador, o que Genette chama de focalização zero, que os pesquisadores americanos chamam de PDV externo, o de um narrador anônimo, que não tem nada a ver com a focalização externa de Genette, e que se opõe ao PDV interno, equivalente à focalização interna, que prefiro chamar de PDV do personagem (Ver RABATEL 1997a, b).

discurso que me obrigaram a complicar os fenômenos de PEC através, também aí, de um *continuum* entre a concordância e a discordância com, como fases intermediárias da sobre-enunciação (*concordância discordante*) e da sub-enunciação (*discordância concordante*)[17]. Gostaria de chamar a atenção para essa colocação, que comentava de longe Ricoeur em *Temps et récit*, que ao lado de uma concordância plena e completa (a co-enunciação, tal como a concebo), que se poderia reformular de um neologismo aparentemente redundante, a *concordância concordante*, aquela em que uma concordância se diz e se vive, há uma primeira ruptura com a concordância discordante (sobre-enunciação): tem-se a impressão de dizer a mesma coisa que o outro, mas a reformulação diz algo um pouco diferente, desloca as linhas. E antes da discordância efetiva (*discordância discordante*), ainda tem lugar para ir um pouco mais longe rumo à discordância, sem ir inteiramente (a discordância concordante), dito de outro modo, a sub-enunciação, na qual se formula um enunciado sem assumi-lo de modo algum, contenta-se apenas com o fato levá-lo em consideração (RABATEL, 2009a, 2011a, 2012a, 2013f, 2014d), sem chegar a explicitar igualmente a discordância.

D.M - Entre os linguistas da enunciação, Oswald Ducrot principalmente tem distinguido com clareza enunciador de locutor. Você mesmo com frequência se apoia nesta distinção para analisar o ponto de vista. A partir de Ducrot de um lado, e de especialistas em narratologia como Genette ou Ann Banfield de outro, você poderia nos explicar, após ter lembrado da diferença entre enunciador e locutor, as continuidades – ou as rupturas – postas em ação em seus trabalhos?

A.R. - Defino o locutor como a instância que profere os enunciados, como a fonte da atualização e da língua em discurso, oralmente ou por escrito. Quanto ao enunciador, ele é a fonte dos pontos de vista contidos em uma predicação, fonte modal que aparece não somente no *modus*, mas também no *dictum*, através das escolhas de referências (escolha das palavras, da quantificação, da qualificação, da modalização, da ordem das palavras etc.). Essas duas instâncias andam juntas a maior parte do tempo (não há enunciador sem locutor e vice-versa) e é por isso que por vezes são confundidos (RABATEL 2010a, 2013g). Esse sincretismo diz respeito ao locutor/enunciador primário (L1/E1) ou aos locutores/enunciadores secundários (l2/e2). Em sua ausência, existem PDVs (que remetem a um enunciador não locutor), como no exemplo de Jeanne acima. Essa distinção ducrotiana lembra a de Desclès (que define de modo diferente locutor e enunciador, e acrescenta aí uma instância mediadora) ou ainda, em sentidos um pouco diferentes, as distinções de Culioli. Remeto a Rabatel 2005c, 2012a e b, 2013g. O que importa, para além das diferenças, é medir o que é comum a essas posições teóricas, a saber, a ideia de um jogo enunciativo que o locutor joga na referenciação dos objetos (e, portanto, em relação às escolhas de referências dos outros, ou às escolhas pré-construídas pela língua e pelo interdiscurso). É isso que funda as distinções entre as posições enunciativas (Culioli) do enunciador, o posicionamento em relação aos outros, e as posturas enunciativas cognitivo-interacionais.

Dito isso, se por um lado minha dívida para com esses pesquisadores é enorme, por outro, não compartilho de todas as suas escolhas. Principalmente, não compartilho a concepção de um locutor ideal e desencarnado que é o de Ducrot; não trabalho com enunciados (fossem eles atestados), trabalho com textos, e rejeito a tese, tão comumente aceita como tal pelos enunciativistas, da exclusão do sujeito falante da linguística. Certamente, não se

[17] Confira Rabatel, 2007a, p. 94 e 2012b, p. 35-39.

trata de considerar que a língua obedece a escolhas externas de assuntos, mas de analisar essas escolhas tais como elas são ditas na e pela linguagem. Mas nessa perspectiva, a questão do sujeito faz sentido, para um linguista (ao menos para o linguista que quero ser). No artigo publicado em *Marges linguistiques* 9, em 2005, detalho três conjuntos de motivos pelos quais não concordo com Ducrot. A reabilitação do sujeito em linguística (RABATEL 2015d) não se separa da importância que dou ao enunciador, ao fato de que ele pode estar na fonte dos atos de linguagem específicos e da expressão de valores modais próprios, questão que cruza a da quase-assunção dos enunciados por um enunciador segundo sobre o qual L1/E1 tem empatia, referindo os objetos ao se colocar em seu lugar. Ela toca também a questão, evocada acima, da responsabilidade. Mas isso não pode acontecer a menos que se escolha, como eu faço, hierarquizar os enunciadores, principalmente dando uma importância central à noção de sincretismo e à posição de primeira instância, a que tem o poder de representar as outras instâncias encaixadas em seu discurso. Aí está a questão principal, entendamos: o enunciador principal, o que está sincretizado com o primeiro locutor. É ele quem efetua as operações de assunção, que marca a concordância, a discordância, é a ele que os outros pedem precisão, ou pedem justificativas se as discordâncias são graves...

Outra diferença: a ligação entre enunciação e argumentação é sensivelmente diferente. Resumo isso com a fórmula de *enunciação problematizante*. Certamente, minha concepção de argumentação, a qual se apoia primeiramente em Aristóteles, integra a argumentação na língua, sem se restringir só a essa concepção (RABATEL 2014a). Esta concepção da enunciação como "enunciação problematizante" (RABATEL 2008c, p. 12-13 e 2012b, p. 39-40), que serve de substrato para a argumentação e para a dimensão pragmática da linguagem, se apoia na ideia de PDV em confronto[18], a qual permite ter em vista PDVs diferentes sobre os objetos do discurso, conforme suas facetas, sejam tais facetas conectadas aos próprios objetos, de modo intrínseco (polissemia) ou exteriores a eles, dependendo de PDV diferentes, segundo a história, as fontes enunciativas ou conforme os parâmetros cognitivos (RABATEL, no prelo b). Resulta daí que a referência nunca tem em vista os objetos do discurso em si, mas de acordo com os enunciadores, as situações e as tarefas a cumprir (o elo entre enunciação e ação, com a enação de Varela também valeria a pena ser desenvolvido, ver Rabatel 2014e). Além disso, esta enunciação é a ligação com a argumentação porque ela direciona interpretações e a ação, segundo uma concepção de argumentação que deve tanto a Aristóteles e Perelman por sua ligação com os valores, as emoções, a interpretação e a ação como a Amossy 2006 (pela a distinção visada/dimensão argumentativas), e a Meyer 2008 (para sua concepção de a argumentação como problematologia) ou a Angenot (por sua concepção de argumentação como justificação)[19].

Tudo isso reflete sobre minha concepção de análise de discurso, do modo como a faço, principalmente, no texto consagrado à representação textual de Judas, ou ainda tal como a pratico com relação a textos midiáticos (RABATEL 2006, 2008b, 2010b, d, 2011d, e, 2013d, 2014c, no prelo a, e). A dimensão descritiva sempre está ligada à dimensão interpretativa, e esta a questões culturais ou sociais vivas, e isso tem a ver com o modo

[18] Desde 2008 pelo menos, esta concepção dos PDVs em confronto tem contribuído para a análise das figuras e da dinâmica das figuras: ver, sobretudo, Rabatel 2008b, c, 2011b, c, 2012c, 2013a, e, no prelo, d, f, g. Há que se destacar que a análise dessas figuras, junto com a das posturas enunciativas, está longe de ser limitada aos textos literários.

[19] E poderia citar muitas outras referências, principalmente Grize, Plantin, Van Emereen, Danblon etc.

como são tratados os conflitos, o povo nas campanhas eleitorais, o modo como se tratam questões com frequência pouco elaboradas (os suicídios no trabalho) e, no texto consagrado a Judas, o problema do mal, no qual a tradição e o senso comum gostam de ver uma imagem exterior, reificadora, muito (demasiado) cômoda... Tudo isso incide sobre uma concepção engajada da Análise de Discurso, de postura crítica, mas que recusa espírito de rebanho (RABATEL 2013 e, h).

Quanto a Genette: as diferenças (relativas à sua teoria das focalizações, que eu rejeito – o que não quer dizer que rejeito seus outros trabalhos –) são enormes, e as evoquei longamente em *Uma história do ponto de vista*, em *A construção textual do ponto de vista*, no meu primeiro artigo, "*A introuvable focalização externa*" (1997), sem contar uma apresentação resumida e bem completa em 2007b: 18-23, principalmente. Contesto a existência de três focalizações, na ausência do enunciador específico à focalização externa, Genette misturando, como foi estabelecido por M. Bal, o focalizado e o focalizador. Certamente é possível, em alguns casos, descrever objetos do exterior (isso funciona para uma casa, um carro, funciona com mais dificuldade para personagens ou acontecimentos, salvo no caso da metáfora), mas estas escolhas são feitas por uma fonte, que não pode ser outra senão o primeiro enunciador (narrador) ou um segundo enunciador (um personagem ou um observador anônimo, a *doxa* etc).

Também rejeito a hipótese de uma onisciência de princípio do narrador, como a de uma restrição de campo do princípio do PDV do personagem, hipótese fixista, ontológica, que não resiste à análise se inscrevemos os enunciadores em uma história, uma cultura, em relações socioculturais, em sequências de ações, enfim, em todo um conjunto de práticas que permitem ao enunciador ir além da percepção estática limitada ao aqui e agora (RABATEL 2008a, 2014b, no prelo b). É por isso que cito com frequência as proposições de Latour sobre a mobilidade empática, concepção que está no centro da minha abordagem do PDV, e que é importante não somente no plano da análise linguística, mas também no plano da política. De fato, acredito muito na importância cognitiva da empatia, no fato de que isso permite aos indivíduos aprender dos outros. Isso se faz primeiramente inconscientemente, de modo pré-reflexivo (ver os neurônios-espelho) e se faz em seguida de modo mais consciente, permitindo às crianças, depois aos adultos, mudar de posição no espaço, no tempo, mudar de posição no sentido abstrato do termo, por exemplo, colocando-se no lugar dos outros, alterando o quadro cognitivo, etc. Esta capacidade de estar com os outros, em seu lugar, em contrapartida, permite ao observador enriquecer seus próprios conhecimentos, emoções, segundo uma dinâmica própria, na qual o eu se enriquece com os outros. Remeto aos trabalhos de M. Nussbaum e às minhas próprias publicações sobre a questão.

Resta um último ponto: a relação entre Ducrot e Banfield. O livro de Banfield sobre as frases sem fala me ajudou muito por ocasião da minha tese, mas é preciso reconhecer que há muitas diferenças entre Ducrot e Banfield. Banfield propõe uma abordagem do Discurso Indireto Livre (DIL) que compartilho, a de frases sem palavra no sentido em que o DIL é, não uma fala de um segundo locutor, mas uma reconstrução mental feita pelo L1/E1 do que diria/pensaria/faria um segundo enunciador. Isso não é diferente para o PDV representado, que está muito próximo do DIL, ao que concerne às percepções e aos pensamentos que estão a eles associados. Mas o que me incomoda em Banfield é menos a sua abordagem gerativista do que a influência de Hamburger (por outro lado, pesquisadora muito estimulante) que traz às teorias não comunicacionais, que eu rejeito

(RABATEL 2011f), porque elas me parecem repousar sobre uma concepção sumária da comunicação cara a cara, sobre o modelo da conversação, o que é muito simplista, e para a comunicação cara a cara (o que se vê bem com formas de comunicação mediadas pela tecnologia, principalmente) e para as formas indiretas de comunicação que se encontram nos textos narrativos, sem serem específicas dos textos literários.

Uma última palavra que, de algum modo, vai me permitir "fechar o papo", como se diz. Rejeito a designação de especialista de narratologia, porque não quero ficar restrito a esta problemática, uma vez que pratico uma *análise enunciativa* dos relatos (literários) que podem ser estendidos aos relatos não literários (por exemplo, a textos religiosos) e a textos que não têm nada de narrativo (por exemplo, interações orais em contexto didático, discursos didáticos, midiáticos, filosóficos, informativos ou argumentativos, etc.). Assim como não quero ser limitado à narratologia, também não quero ser encerrado no apelativo de "especialista da análise enunciativa dos textos literários": certamente, sou mesmo um enunciativista, e analiso como enunciativista os textos literários, mas rejeito um rótulo que agride a diversidade dos meus trabalhos e que não faz justiça à originalidade das minhas concepções enunciativas, no plano teórico[20] (espero não parecer pretensioso dizendo isso), com minha concepção das *posturas enunciativas* e da *enunciação problematizante* sobre fenômenos de *co-construção dos PDVs em confronto*, com minha hipótese de uma *dimensão argumentativa da enunciação* ligada à referenciação dos PDVs articulada com uma reflexão sobre a *importância das problemáticas interpretativas com base nas instruções do texto*, com minha *concepção crítica, ética e engajada da análise de discurso*, com minha abordagem dos fenômenos de *apropriação pelo dizer* e de *responsabilidade*.

Referências bibliográficas[21] (obras citadas por A. Rabatel)

1997a *Une histoire du point de vue*, Paris, Metz, Klincksieck, Celted.

1997b « L'introuvable focalisation externe », *Littérature*, n° 107, p. 88-113.

1998 *La Construction textuelle du point de vue*, Lausanne, Paris, Delachaux et Niestlé.

2000 « Un, deux, trois points de vue ? Pour une approche unifiante des points de vue narratifs et discursif », *La Lecture littéraire*, n° 4, p. 195-254.

2004a *Argumenter en racontant*, Bruxelles, De Boeck.

2004b (éd.) *Interactions orales en contexte didactique. Mieux (se) comprendre pour mieux (se) parler et pour mieux (s')apprendre*, Lyon, Presses universitaires de Lyon.

2004c « Des images d'utopie(s) aux stylèmes de la pensée utopique. Pour une lecture non dogmatique des utopies », *Protée*, n° 32-1, p. 68-79.

2004d « L'effacement énonciatif dans les discours rapportés et ses effets pragmatiques », *Langages*, n° 156, p. 3-17.

2004e « Stratégies d'effacement énonciatif et surénonciation dans *Le dictionnaire philosophique* de Comte-Sponville », *Langages*, n° 156, p. 18-33.

[20] Uma teoria que foi construída pouco a pouco, passo a passo, para responder a questões concretas colocadas pela complexidade e diversidade dos textos, e não uma teoria construída anteriormente e que só selecione os exemplos que confirmem a teoria...

[21] O leitor encontrará no *site* http://icar.univ-lyon2.fr/membres/arabatel uma lista completa das publicações de A. Rabatel.

2004f « La déliaison des énonciateurs et des locuteurs dans la presse satirique », *Langage et Société*, n° 110, p. 7-23.
2005a « La part de l'énonciateur dans la construction interactionnelle des points de vue », *Marges linguistiques*, n° 9, p. 115-136 (indisponible en février 2015).
2005b « Une catégorie transversale, le point de vue », *Le Français aujourd'hui*, n° 151, p. 57-68.
2005c « Les postures énonciatives dans la co-construction dialogique des points de vue : coénonciation, surénonciation, sousénonciation », dans J. Bres, P.-P. Haillet, S. Mellet, H. Nolke et L. Rosier (éds), *Dialogisme, polyphonie : approches linguistiques*, Bruxelles, Duculot, p. 95-110.
2006 « L'effacement de la figure de l'auteur dans la construction événementielle d'un "journal" de campagne électorale et la question de la responsabilité, en l'absence de récit primaire », *Semen*, n° 22, p. 71-85.
2007a « Les enjeux des postures énonciatives et de leur utilisation en didactique », *Education et didactique*, n° 2, p. 87-114.
2007b « Points de vue et représentations du divin dans *1 Samuel* 17, 4-51. Le récit de la Parole et de l'agir humain dans le combat de David contre Goliath », *Regards croisés sur le texte biblique. Etudes sur le point de vue*, RRENAB (éd), Paris, Editions du Cerf, p. 15-55.
2008a *Homo narrans. Pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit. Tome 1. Les points de vue et la logique de la narration. Tome 2. Dialogisme et polyphonie dans le récit*, Limoges, Éditions Lambert-Lucas.
2008b « Pour une conception éthique des débats politiques dans les médias : répondre *de, devant, pour*, ou les défis de la responsabilité collective », *Questions de communication*, n° 13, p. 47-69.
2008c « Figures et points de vue en confrontation », *Langue française*, n° 160, p. 3-19.
2008d « Points de vue en confrontation dans les antimétaboles *plus* et *moins* », *Langue française*, n° 160, p. 20-35.
2008e « Stratégie discursive de concordance discordante dans les ensembles reprises + reformulations (en contexte didactique) », dans M. Schuwer, M.-C. Le Bot et E. Richard (éds), *Pragmatique de la reformulation, types de discours, interactions didactiques*, Rennes, PUR, p. 187-202.
2009a « Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée », *Langue française*, n° 162, p. 71-87.
2009b « L'arrestation de Jésus et la représentation de Judas en Jean, 18, 1-12. Une relecture mise en perspective avec l'univers de la gnose et l'Évangile de Judas », *Études théologiques et religieuses*, tome 84, volume 1, p. 49-79.
2010a « Retour sur les relations entre locuteur et énonciateur. Des voix et des points de vue », dans M. Colas-Blaise, M. Kara, L. Perrin et A. Petitjean (éds), *La Question polyphonique ou dialogique dans les sciences du langage*, Metz, Celted, Université de Metz, « *Recherches linguistiques* n° 31 » p. 357-373.
2010b « Le traitement médiatique des suicides à France Télécom de mai-juin à mi-août 2009 : la lente émergence de la responsabilité du management dans les suicides en lien avec le travail », *Studia Universitatis Babes-Bolyai, Philologia*, tome LV, vol. 1, p. 31-52.
2010c « Schémas, techniques argumentatives de justification et figures de l'auteur (théoricien ou vulgarisateur) », *Revue d'anthropologie des connaissances*, vol. 4-3, p. 504-525.

2010d « Deux modes de représentation idéologique people du pouvoir, lors du premier anniversaire de la présidence de N. Sarkozy », *Semen*, n° 30, p. 147-167.
2010e « Analyse pragma-énonciative des s/citations du site d'*Arrêt sur images* », *Argumentation et analyse de discours*, n° 4, p. 1-16 (en ligne).
2011a « Points de vue et postures énonciatives dans la production, la circulation et les altérations du sens », dans Véronique Braun Dahlet (éd.), *Ciências da linguagem e didatica das linguas*, São Paulo, Humanitas/Fapesp, p. 151-163.
2011b « Pour une analyse pragma-énonciative des figures de l'à-peu-près », *Le Français moderne*, t. LXXIX, vol. 1, p. 1-9.
2011c « Figures d'à-peu-près et nom propre » *Le Français moderne*, t. LXXIX, vol. 1, p. 22-33.
2011d « La levée progressive du tabou des responsabilités socio-professionnelles dans les suicides en lien avec le travail à France Télécom, de fin août à octobre 2009 », *Questions de communication*, n° 20, p. 175-198.
2011e « Des conflits de valeurs et de points de vue en discours », *Semen*, n° 32, p. 55-72.
2011f« Sur les concepts de narrateur et de narratologie non communicationnelle », *Littérature*, n° 163, p. 108-138.
2011g « Analyse énonciative des s/citations du site d'*Arrêt sur images* », dans S. Marnette et L. Rosier (éds), *Citations et pragmatique des genres de discours*, Louvain, Academia Bruylant, p. 13-36.
2012a « Sujets modaux, instances de prise en charge et de validation », *Le Discours et la langue*, n° 3-2, p. 13-36.
2012b « Positions, positionnements et postures de l'énonciateur », *Tranel - Travaux neuchâtelois de linguistique*, n° 56, p. 23-42.
2012c « Ironie et sur-énonciation », *Vox Romanica*, n° 71, p. 42-76.
2013a « Humour et sous-énonciation (*vs* ironie et sur-énonciation) », *L'Information grammaticale*, n° 137, p. 36-42.
2013b « Écrire les émotions en mode empathique », *Semen*, n° 35, p. 65-82.
2013c « Empathie et émotions argumentées en discours », *Le Discours et la langue*, n° 4-1, p. 159-177.
2013d « Les apports de l'analyse des discours médiatiques : de l'interprétation des données à la critique des pratiques discursives et sociales », *Dacoromania*, vol. XVIII-1, p. 33-50.
2013e « L'engagement du chercheur, entre "éthique d'objectivité" et "éthique de subjectivité" », *Argumentation et Analyse de Discours*, n° 11 (en ligne).
2013f « Le rôle du dialogisme et des paramètres textuels dans la notion de prise en charge », dans F. Sullet-Nylander, G. Engwall, H. Engel (éds), *La Linguistique dans tous les sens*, Actes du Symposium international en l'honneur de Mats Forsgren, 9-10 juin 2011, Stockholm, VitterhetsAkademien, p. 105-123.
2013g « Les relations locuteur/énonciateur au prisme de la notion de voix », dans L. Dufaye et L. Gournay (éds), *Benveniste après un demi-siècle. Regards sur l'énonciation aujourd'hui*, Paris, Ophrys, p. 207-225.
2013h « Éthique, point(s) de vue et rapport aux différents régimes de vérité », dans C. Guérin, G. Siouffi et S. Sorlin (éds), *Le Rapport éthique au discours*, Berne, Peter Lang, p. 65-80.
2013i« Humour, sous-énonciation », dans M. D. Vivero García (éd.), *Frontières de l'humour*, Paris, L'Harmattan, p. 89-108.

2014a « Quelques remarques sur la théorie argumentative de la polyphonie », *Arena romanistica*, n° 14, p. 204-222.
2014b « Empathie, points de vue, méta-représentation et dimension cognitive du dialogisme », *Etudes de linguistique appliquée*, n° 173, p. 27-45.
2014c « La rubrique Intox/désintox de *Libération*. Nouvelle rubrique, nouvelle pratique journalistique, voire nouveau genre ? », dans M. Monte et G. Philippe (éds), *Des textes aux genres, Hommages à Jean-Michel Adam*, Lyon, Presses universitaires de Lyon, p. 103-116.
2014d « De l'usage des formules aphoristiques dans le *Dictionnaire philosophique* de Comte-Sponville : co-énonciation, sur-énonciation et sous-énonciation », dans F. Cossutta, F. Cicurel (éds), *Formules, sentences, thèses : détachement, transmission et recontextualisation des énoncés philosophiques*, Limoges, Lambert-Lucas, p. 163-198.
2014e « Du rôle du visuel en image dans la référenciation des perceptions autres que visuelles », dans B. Verine (éd.), *Dire le non-visuel*, Liège, Presses universitaires de Liège, p. 39-56.
2014f« "La parole des politiques soumise à contre-enquête" représente-t-elle de la même façon la parole des hommes et des femmes politiques ? », dans F. Sullet-Nylander, M. Roitman, J. M. Lopez-Munoz, S. Marnette et L. Rosier (éds), *Discours rapporté, genre(s) et médias*, Stockholm, Stockholm University Press.
2015a « Analyse pragma-énonciative des points de vue en confrontation dans les hyperboles vives : hyper-assertion et sur-énonciation », *Tranel - Travaux neuchâtelois de linguistique*, n° 61-62, p. 91-109.
2015b « D'un mode de signifiance sémantique pathémique-iconique fréquent en poésie à un mode d'énonciation subjectif-empathique », dans S. Bédouret et C. Laplantine (éds), *Émile Benveniste : vers une poétique générale*, Pau, Presses universitaires de Pau et des Pays de l'Adour, p. 111-137.
2015c « Dégoût et indignation dans le Manifeste-pétition féministe *Pas de justice, pas de paix* », ans A. Rabatel M. Monte, M. G. Soares Rodrigues (éds), *Comment les médias parlent des émotions. L'affaire Nafissatou Diallo contre Dominique Strauss-Kahn*, Limoges, Lambert-Lucas, p. 143-160.
2015d « Du sujet, des œuvres et de l'interprétation », dans C. Masseron, J.-M. Privat et Y. Reuter (éds), *Littérature, linguistique et didactique du français. Les travaux* Pratiques *d'André Petitjean*, Villeneuve d'Ascq, Presses universitaires du Septentrion.
à paraître a : « Points de vue en confrontation dans les contrepèteries », dans E. Winter-Froemel (éd.), *Jeux de mots et linguistique*, Berlin et La Haye, Walter de Gruyter.
à paraître b : « Diversité des points de vue et mobilité empathique », dans M. Colas-Blaise, L. Perrin et G.M. Tore (éds), *Le Sens de l'énonciation*, Recherches Linguistiques.
à paraître c : « Des répétitions dans le discours religieux : l'exemple des litanies », dans V. Magri-Mourgues et A. Rabatel (éds), *Le discours et la langue*, n° 7-2, *Répétitions et genres*.
2006, avec Andrée Chauvin-Vileno, « La "question" de la responsabilité », *Semen*, n° 22, p. 5-24.
2008, avec Roselyne Koren, « La responsabilité collective dans la presse », *Questions de communication*, n° 13, p. 7-18.
2015, avec Véronique Magri, « Répétitions, figures de répétition et effets pragmatiques selon les genres », *Le Discours et la langue*, n° 7-2.

***

Recebido em 04/03/2015
Aprovado e Revisado em 06/04/2015
Publicado em 17/08/2015

Para citar este texto:
RABATEL, Alain; MASSMANN, Débora. Re-torno sobre um percurso em enunciação [Entrevista com Alain Rabatel, por Débora Massmann], **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso], Seção Entrevista, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), vol. 11, p. 147-164, jul. - dez. 2015.